

Diretoria do Sindifiscal presta contas de suas ações

A Diretoria Executiva do Sindifiscal, em reunião no dia 13 de março com os demais diretores, discutiu as ações já realizadas neste primeiro bimestre de 2008. Entre elas: Salário Inicial; Teto Remuneratório; Tabela de Subsídios; Auxílio Alimentação e relato positivo sobre as contas do sindicato analisadas pelo Conselho Fiscal. Foram discutidas também, as reivindicações da categoria para 2008, que serão apreciadas na Assembléia de 19 de março.



Reforma Tributária

Com esse projeto de Reforma Tributária, como fica o nosso Estado depois de tanto trabalho do Fisco Estadual para conseguir o tão almejado equilíbrio financeiro?

Confira na página 11 os principais detalhes publicados sobre o projeto do Governo Federal.

Encontro Jurídico e CD no Espírito Santo

Em setembro, mês de comemorações pelo Dia do Fiscal no Espírito Santo, vamos receber os colegas de todo o Brasil para a realização do Encontro Jurídico e reunião do Conselho Deliberativo, promovido pela Fenafisco. Aguardamos a presença de todos!

Reunião com Subsecretário da Receita – [Página 3](#)

Notícias da Fenafisco – [Página 4 e 5](#)

Notícias do Jurídico – [Página 6 e 7](#)

Teto Salarial – [Página 8 e 9](#)

Memórias do Fisco – [Página 14](#)

Condições de Trabalho – [Página 16](#)

O retrato do Fisco na arrecadação do ICMS

MÊS	2006	2007	VARIAÇÃO %
Janeiro	416.238.261	486.002.139	11,68%
Fevereiro	394.898.138	465.874.177	11,80%
Março	366.230.400	414.370.675	11,31%
Abril	427.142.560	465.852.930	10,91%
Mai	373.919.217	434.727.274	11,63%
Junho	410.689.470	462.659.769	11,27%
Julho	409.200.771	482.385.098	11,79%
Agosto	414.055.549	492.284.435	11,89%
Setembro	436.319.277	499.056.563	11,44%
Outubro	440.694.737	512.938.174	11,64%
Novembro	456.938.102	549.114.872	12,02%
Dezembro	481.932.224	538.589.037	11,18%
TOTAL	5.028.258.706	5.803.855.143	11,54%

O Fisco revela seu esforço na arrecadação de ICMS do Espírito Santo, mas em contrapartida as condições de trabalho nos maiores Posto Fiscais de Fronteira, José do Carmo (RJ) e Amarílio Lunz (BA), são as piores possíveis além dos alagamentos intensos em dias de chuva.

Estamos iniciando o exercício de 2008 e, com ele, a nossa jornada. De imediato já vislumbramos ações a serem implementadas por nós, nos próximos dias. Diz a sabedoria popular que a parte mais sensível do ser humano é o bolso, então, é por aí que daremos o pontapé inicial.

Temos hoje uma razoável segurança em nosso modelo de remuneração com a implantação do subsídio. Mas é novidade, e como tal, com o decorrer do tempo, correções e adequações devem ocorrer, até para que se garanta a saúde do modelo. Observando nossa tabela, enxergamos facilmente distorções nas extremidades. O valor inicial e ponto de partida está entre os três menores do Brasil. Isto não se justifica, afinal o Espírito Santo não é mais, hoje, o primo pobre do Sudeste. Muito pelo contrário, temos talvez a maior receita per capita da região, receita esta homogênea, diversificada e em progressão. Logo, a correção e adequação deste valor inicial, trará competitividade e mão-de-obra qualificada para a nossa secretaria, com incentivo cada vez maior para nós, integrantes do Grupo TAF.

Na outra extremidade da tabela, um muro que engessa os salários, desmotiva o servidor e inibe o trabalho em funções gratificadas, sacrificadas pelo inexplicável abate-teto. Salário de Governador é complementação e do Servidor é alimentação. Logo, é absolutamente inadmissível como parâmetro, até porque o Governador do Estado não é funcionário público de carreira, e sim, um Agente Público eleito transitoriamente para exercer um cargo. Sabiamente, diz a Constituição Federal, que teto deve ser único e vinculado

ao Ministro do Supremo, para União e Desembargadores de Justiça nos Estados.

Na busca de soluções para as duas extremidades, encaminhamos ao Governo do Estado sugestões, através de ofícios, sendo para o valor inicial, em coerência com nossa situação geográfica, uma média dos salários iniciais dos estados do sudeste, média esta, pesquisada por nós, junto aos sindicatos de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

Para o final da tabela, a solução é eminentemente política. Aliás, o Governador de Minas, Aécio Neves, deu a largada, e lá agora, por iniciativa do executivo, o teto é o de Desembargador de Justiça. Minas saiu na frente. Por aqui, temos um Estado que mostra que em um universo de 70 mil servidores, apenas 100 estão sendo prejudicados, e a correção destas perdas geraria ganho político ao governo, e impacto financeiro mínimo. Para nós AFRES e AF'S então, nem dependeríamos de receita corrente ou líquida. Bastaria, para nós, capitalizarmos o nosso fundo (FUNSEFAZ), hoje decorativo, através de mecanismos legais, como existem em outros órgãos, citamos aqui, a Procuradoria Geral do Estado.

Estamos no aguardo de uma posição do Governo sobre nossas reivindicações.

Corrigidas as distorções, adicionada a mudança de referência horizontal a cada dois anos, como diz a lei, e a reposição anual das perdas oriundas da inflação, teremos um modelo remuneratório moderno, seguro e inserido no progresso do nosso Estado. **A LUTA DE 2008 JÁ TEVE INÍCIO, PORTANTO, VAMOS A ELA!**

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal do Sindifiscal esteve trabalhando durante os meses de fevereiro e março, na elaboração do Parecer sobre as contas do sindicato. O documento já se encontra em fase de finalização, e será apresentado a todos durante a Assembléia Geral Ordinária, que ocorrerá no próximo dia 19 de março, na sede social de Vila Velha.



SINDIFISCAL-ES
Sindicato do Pessoal do Grupo TAF no ES

Rua General Osório, 83 - salas 407 a 410
Centro - Vitória - ES - Cep 29028-900
Tel.: (27) 3200-2585
e-mail - fisco@sindifiscal-es.org.br
<http://www.sindifiscal-es.org.br>
CNPJ: 272394410001/05

Diretor Presidente
Júlio César Camilo Muniz
Vice-Presidente - Délio Cassiano Borges Castelo

Subsede
Cachoeiro - Praça Jerônimo
Monteiro, 21 - sala 101 - Centro
Tel.: (28) 3521-7630/7629
e-mail - sindifiscal-cachu@veloxmail.com.br

Jornalistas
Adriana Nobre
Reg. MTb. 01718 JP-ES
Paula Zanoni
Reg. MTb 02061 JP-ES

Editoração Eletrônica
Oficina de Letras Comunicação
3222-6955 / 3323-6004

Impressão
Artgraf - 3223-6588

"O conteúdo das matérias publicadas neste informativo são de inteira responsabilidade da diretoria do Sindifiscal e os artigos assinados, responsabilidade dos seus autores."

Sindifiscal em reunião com o Subsecretário da Receita



O presidente do Sindifiscal, Júlio César Camilo e o diretor Getúlio Ramos Pimentel estiveram em reunião com o subsecretário Luiz Carlos Menegatti, no dia 25 de fevereiro.

Foram tratados os temas Escala de Posto Fiscal, Ascensão Funcional, Concurso Público, Projeto da FIA, Treinamento e a Calamidade no Posto Fiscal José do Carmo, bem como as obras do referido posto e do novo prédio da Administração Central.

Em relação à escala, Menegatti afirmou que é de interesse do secretário a alteração para 24x72, porém o presidente contrargumentou alegando a necessidade de negociação, no sentido de ampliar o debate com a categoria. Quanto ao levantamento das remoções que está sendo feito pelas coordenações, é informal e visa identificar o número de vagas nas regionais.

Sobre a Ascensão Funcional, afirmou que essa dependerá da realização do concurso, que já foi autorizado pelo Governador para 60 vagas, e que com certeza as promoções, há muito tempo aguardadas pelo fisco, ocorrerão.

Ao ser questionado sobre o Projeto Fia, Menegatti informou que ele foi temporariamente suspenso, mas não explicou o motivo.

Segundo o Subsecretário, o treinamento para a categoria, já está sendo viabilizado pelo Gerente Francisco Costa Andrade, e esse já solicitou aos coordenadores o levantamento de necessidades nas suas regiões.

O novo prédio da Administração Central, localizado na Enseada do Suá, deverá ficar pronto somente no final de 2009. Segundo Menegatti, o Secretário da Fazenda lamenta, porque é um projeto que ele gostaria de entregar durante sua gestão.

Calamidade - Posto Fiscal José do Carmo

O Sindifiscal entregou ao Subsecretário dois CD's, com filmagens e fotos do Posto Fiscal, que revelam a situação absurda que os colegas do fisco enfrentam, em vista das chuvas na região. No mesmo dia Menegatti afirmou que uma comitiva da Sefaz, composta por ele, Teófilo e coordenadores iriam pessoalmente ao posto, conferir as denúncias e providenciar soluções. Dois dias depois algumas obras e reparos foram feitos, mas segundo servidores, foram insuficientes, pois o problema ainda persiste.

Projeto de Lei altera quadro do Grupo TAF

Tramita na Assembléia Legislativa o Projeto de Lei Complementar 02/2008 oriundo da Mensagem nº 42/2008 do Governador Paulo Hartung criando 30 vagas no quadro Auditores Fiscais da Receita Estadual e reduzindo para 47 o número de Auxiliares Fazendários.

Em sua Mensagem, o Governador destaca que o último concurso público efetuado para o cargo de Auditor Fiscal foi finalizado em 2004 e que os quadros da Receita Estadual têm sido reduzidos a cada ano com os afastamentos motivados por aposentadorias, sem o correspondente preenchimento das vagas.

Atualmente a distribuição de vagas nos níveis, conforme as Leis Complementares nº 303/2004 (Auditores) e 198/2001 (Auxiliares), está da seguinte forma:

Cargo	Nível	Quantidade (LC nº 303/2004)	Ocupados	Vagos
Auditor Fiscal da Receita Estadual	I	180	168	12
Auditor Fiscal da Receita Estadual	II	240	169	71
Auditor Fiscal da Receita Estadual	III	130	90	40
TOTAL		550	427	123

Cargo	Quantidade (LC nº 198/2001)	Ocupados	Vagos
Auxiliar Fazendário	150	46	104

Atualizado em 15/02/2008

Com a alteração proposta pelo Governador o número de Auditores Fiscais dos níveis I e II passa para 230 cada um e do nível III para 120. Os Auxiliares Fazendários passam de 150 para 47 vagas.

As 30 novas vagas que estão sendo criadas somam 580 no quadro atual. O Sindifiscal entende que este quantitativo ainda não é suficiente para atender dignamente as funções de Auditor. Esperamos que seja restabelecido o quadro de 750 vagas como era até 2004, antes da modificação feita pela Lei Complementar 303/2004.

Vale registrar, que ao tempo desta alteração, na Assembléia Legislativa, o Sindifiscal lutou intensamente, trancando pauta, convencendo os deputados que o quantitativo de 500, proposto pelo Governador era um retrocesso, e o máximo que conseguiu, foi elevar para 550 vagas.

XIV CONAFISCO

O XIV Conafisco, realizado em Aracaju-SE, no período de 24 a 30 de novembro, teve a participação do presidente Júlio César Camilo e dos diretores Walker Ricardo, Marlene Muniz, Fátima Gouvea, Orlando Fernandes e Getúlio Ramos Pimentel. Foram abordados temas de grande relevância para a categoria fisco, entre eles a Nova Administração Tributária, a Lei Orgânica, a Reforma Tributária, a Reforma da Previdência, entre outros. O objetivo das discussões foi romper velhos paradigmas e criar novas possibilidades de atuação e valorização do Fisco, de forma a conduzir uma boa gestão das receitas do Estado, com reconhecimento da sociedade.

Na abertura, Germano Rigotto, ex-governador do Rio Grande do Sul, atualmente

membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República no qual coordena o tema Reforma Tributária, revelou os diferentes momentos das discussões nas esferas federais, estaduais e municipais desde o início da década de 1990. Segundo ele, o momento é agora, porque todos os segmentos sociais, profissionais e políticos desejam a reforma, e, efetivamente, não é possível manter o modelo atual na forma como está, com uma guerra fiscal que vem trazendo prejuízo a todos.

O Deputado Federal João Dado, Auditor Fiscal do Estado de São Paulo, autor da PEC 89/2007, que institui o Teto Único remuneratório para todos os servidores públicos, falou do projeto na abertura do XIV CONAFISCO e em outro painel, de

forma brilhante, abordou a Reforma da Previdência e suas preocupações com o PL 1992/2007 que trata do novo Regime de Previdência Complementar.

O momento mais aguardado foi a participação da Dra. Mizabel Derzi, que em 2007, em brilhante parecer, revelou que a garantia de um Estado democrático de direito depende essencialmente do fisco nacional, estadual e municipal, com uma atuação independente, isenta, desvinculada de interferência política. “O Fisco não sabe a força que possui e quando tiver consciência disso e agir num só pensamento será mais forte e conseguirá alcançar seus objetivos”, afirma a Doutora no documento.

Confira a apresentação das palestras na sessão Artigos e Palestras do nosso site: www.sindifiscal-es.org.br.

Eleição da Fenafisco

Na noite do dia 29 de novembro, a nova diretoria da Fenafisco tomou posse em um grande evento que marcou o encerramento do XIV Conafisco. O presidente reeleito da Fenafisco, Rogério Macanhão, se despediu dos membros da diretoria anterior e deu boas-vindas à nova equipe. O grande diferencial desta nova gestão é a composição da diretoria, que contemplou vários estados brasileiros, tendo o Estado do Espírito Santo, como seu representante, o auditor Getúlio Ramos Pimentel.

Como será a participação do Espírito Santo na nova diretoria?

De acordo com Getúlio, o Espírito Santo já tem mostrado a sua cara e se destacado em tudo que a FENAFISCO tem realizado. “No Planejamento Estratégico de 2008 à 2010, o Estado esteve presente ativamente na elaboração, e em muitas ou-

tras ações, como as freqüentes visitas ao Congresso Nacional, indo ao encontro dos parlamentares do ES e dos outros entes federados, com reuniões de trabalho nas diversas Comissões do Parlamento, ajudando inclusive na produção de emendas constitucionais.”

Com relação aos trabalhos realizados no Estado Getúlio destaca que “nas reuniões com os outros estados, sinto-me honrado quando o Espírito Santo é citado como exemplo, por manter a paridade entre ativos e aposentados, pela diretora de aposentados da FENAFISCO, Maria Cristina, e sugere aos outros estados, mais atenção àqueles que já dedicaram 35 ou 40 anos de trabalho, na defesa dos interesses do Fisco e da sociedade”.

As propostas e Planejamento Estratégico da nova diretoria estão disponíveis no site da FENAFISCO, www.fenafisco.org.br.

Estamos de olho! OEA

O Advogado do Instituto Mosap, Dr. Luis Afonso Costa de Medeiros, esteve em Washington esta semana em busca de novidades acerca do processo contra a taxaçaõ dos Inativos, que está na Organização dos Estados Americanos - OEA. No dia 21 de fevereiro, foi publicado na coluna do jornalista Cláudio Humberto, que tem veiculação regional pelo jornal A Tribuna, uma nota dizendo que o Governo Brasileiro ainda não havia se explicado à OEA. Essa informação não procede, visto que o Governo já apresentou sua defesa, após ser intimado pela OEA, e o Dr. Luis Afonso já apresentou a tréplica para a entidade.

Sindifiscal-ES e Fenafisco atuantes no Congresso Nacional

Mobilização dos dias 26 e 27 de fevereiro



Os Diretores do Sindifiscal, Getulio Ramos Pimentel e Jair Gomes da Silva participaram ativamente da Mobilização no Congresso Nacional, em Brasília - DF, organizada pela Fenafisco nos dias 26 e 27 de fevereiro de 2008, tendo reuniões com a maioria dos parlamentares da bancada capixaba.

O trabalho contou com a participação dos estados e da Diretoria Parlamentar da Fenafisco, que elegeram dentre os projetos em tramitação no Congresso Nacional, uma pauta de prioridades, e com grande esforço realizaram mobilização nos gabinetes dos Senadores e Deputados Federais, envolvidos. Dentre a pauta de prioridades estão os seguintes projetos: PEC 89/2007, que fixa o teto salarial para os servidores públicos vinculado ao subsídio do Desembargador de Justiça; PL 6112/2005 e PEC 30/2007, que tratam do porte de Armas para diversas categorias, dentre elas o fisco estadual; PLS 0068/2003, que trata da aposentadoria especial para carreiras de servidores públicos, que correm risco de vida e periculosidade; PEC 92/2007 - SF e PEC 549/2006, que trata de isonomia de vencimentos de várias categorias, como Delegados e Ministério Público, para ver a possibilidade da inclusão do fisco estadual, numa das duas proposições; PEC 555/2006, que trata da não cobrança de imposto dos aposentados; PLP 4497/2001, que trata do direito de greve.

Mobilização dos dias 11, 12 e 13 de março



O Diretor Getúlio Ramos Pimentel voltou novamente a Brasília, e junto a representantes Estaduais e Distritais e demais Diretores da Fenafisco, realizaram trabalho de mobilização na Câmara e no Senado, e visitaram novamente deputados e senadores. O principal motivo do trabalho foi pedir apoio e celeridade na tramitação de projetos de interesse da classe.

Estiveram com o deputado João Dado (PDT-SP) (foto), pedindo apoio para o PL 6112/05, que já está na pauta de votações da CCJ. O deputado se mostrou preocupado com o andamento da proposição devido à posição de alguns deputados contra a matéria. “O cenário não está muito positivo para a proposta. Todos os que estão contra vão comparecer. Temos que conseguir mais apoio”, pontuou. Além do PL 6112/05, conversaram também sobre a PEC 89/07. Líderes de vários partidos já assinaram requerimento de formação de Comissão Especial para analisar a matéria. Apesar do apoio, João Dado disse que ainda poderão surgir alguns empecilhos. “Há uma decisão do Supremo quanto ao Teto Único que permite que cada Unidade Federativa estabeleça o seu. É só uma decisão, mas que toca exatamente nesta ferida” explicou.

Após a conversa, os sindicalistas visitaram o deputado Décio Lima (PT-SC), autor da PEC 186/07, da LOAT. Na reunião, o deputado foi informado quanto à urgência da nomeação de relator para a proposta. O deputado Décio Lima afirmou não ter nenhuma objeção, mas alegou não poder fazer nada quanto ao assunto, pois o relator é indicado pelo presidente da Comissão. “Falem com o presidente da CCJ, Eduardo Cunha, ou com o vice, o deputado Regis de Oliveira”. “Vocês deveriam também fazer este trabalho junto ao presidente Arlindo Chinaglia, para que ele designe Comissão Especial tão logo o projeto seja aprovado na CCJC”.

Getúlio também participou da apresentação, do Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, sobre Reforma Tributária. O evento reuniu membros do PMDB de todo Brasil, entre eles o Governador Paulo Hartung, o Secretário da Fazenda José Teófilo, senadores e deputados federais capixabas.

Painel Jurídico – Ações e demandas coletivas do Sindifiscal

1) NAC's

REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO Nº SF/06051/2007

- Requerimento endereçado ao Sr. Secretário de Estado da Fazenda, requerendo providência quanto à atuação dos NAC's, que haviam se desviado de sua finalidade. Em resposta o Sr. Secretário nos encaminhou o OFÍCIO/GAB/SEFAZ Nº 477/2007, onde informa que "...cientificou formalmente as Prefeituras Municipais das rotinas de trabalho autorizadas pelo Termo de Acordo firmado entre SEFAZ e os Municípios, não se admitindo qualquer prática exercida por servidores municipais em desacordo com o termo referenciado". Nos foi enviada uma cópia do teor do ofício dirigido aos Prefeitos Municipais.

2) NAC's

DENÚNCIA DE IRREGULARIDADES AO MINISTÉRIO PÚBLICO Nº 39256/2007

- Denúncia endereçada a Sr^a Procuradora Geral de Justiça do Estado do Espírito Santo, informando as irregularidades praticadas pelos NAC's, solicitando apuração dos fatos e a adoção das "...medidas que se fizerem necessárias, a fim de que sejam os municípios capixabas impedidos de realizarem, por intermédio de seus servidores, atividades de fiscalização de mercadorias em trânsito em Posto Fiscal Municipal, fiscalização volante e 'blitz', atividades estas que vem sendo executadas ilegalmente por estes servidores".

3) SINDIFISCAL X VIVO

PROCESSO Nº 024070123880

- Ação ordinária proposta em face da empresa de telefonia VIVO S/A, para obter documentos que comprovem a origem dos débitos que vêm sendo atribuídos diretamente ao sindicato, contendo a relação dos usuários devedores e das contas não pagas, e ainda que as faturas voltem a ser emitidas em nome dos usuários, para que assim possa restabelecer a plena vigência do contrato firmado com aquela empresa, podendo os associados voltarem a usufruir de todos os benefícios, inclusive descontos em aparelhos e valores diferenciados de tarifas.

Foi concedida antecipação de tutela, tendo sido determinado à empresa que exiba as contas que alega não terem sido pagas.

4) DESCONTO PREVIDENCIÁRIO

PROCESSO Nº 024020102380

- Ação ordinária em que se requer a devolução dos valores descontados indevidamente dos aposentados, a título de contribuição previdenciária. O processo se encontra em fase de execução, tendo o sindicato feito o levantamento de todos os servidores que sofreram os descontos e os valores retidos, os quais já foram encaminhados ao contador para que seja feita a atualização monetária e inclusão dos juros de mora. Em seguida a petição com os cálculos será apresentada em Juízo, pedindo o pagamento dos valores.

5) ADICIONAL NOTURNO

- Mediante o Requerimento Administrativo nº 36466190, endereçado ao Sr. Secretário de Gestão e Recursos Humanos, foi requerido o pagamento de adicional noturno para quem trabalha em regime de plantão. O requerimento se encontra atualmente em análise perante a Subgerência de Recursos Humanos da SEFAZ.

6) AÇÃO DA GREVE DE 2005

PROCESSO Nº 024050144732

- Ação proposta pelo Estado do Espírito Santo, questionando a legalidade da greve da categoria realizada em 2005. O processo aguarda remessa para Brasília, para julgamento de recurso especial perante o STJ.

8) AÇÃO DE CONVERSÃO DA URV - PERDA SALARIAL DE 11,98%

PROCESSO Nº 024040140907

- Ação ordinária proposta pelo SINDIFISCAL questionando a perda salarial de 11,98% da remuneração de seus filiados, por ocasião da conversão de cruzeiros reais para URV. O processo aguarda remessa para Brasília, para julgamento dos recursos especial e extraordinário interpostos pelo IPAJM e Estado do Espírito Santo.

9) AÇÃO INDIVIDUAL

Os processos e requerimentos individuais, deixam de ser informados, por serem inúmeras as demandas, devendo os andamentos serem obtidos no Departamento Jurídico do sindicato pelo próprio associado titular da ação.

OUTRAS AÇÕES

1) OFÍCIO Nº 085/2007 - REAJUSTE SALARIAL

- Ofício encaminhado ao Sr. Governador, reivindicando piso salarial de R\$ 8.040,00, valor médio de início de carreira dos Auditores Fiscais dos Estados que compõem as Regiões Sul e Sudeste do país.

2) OFÍCIO CONJUNTO SINDIFISCAL/CLUBE DOS OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR/SINDELPO

- Ofício conjunto ao Sr. Governador reivindicando a fixação como limite único, o subsídio mensal dos Desembargadores do Tribunal de Justiça.

3) OFÍCIO Nº 051/2007 - MINUTA DE PROJETO DE LEI

- Ofício encaminhado ao Sr. Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos, solicitando que seja conferido ao sindicato o direito de participar dos debates envolvendo as proposições que visam reestruturar os cargos do Grupo Fazendário, para tanto recebendo os dirigentes sindicais em audiência

Teto único

A busca pelo Teto Único é um movimento de interesse nacional, tanto para categoria fiscal como para outros servidores do executivo. Dentre o fisco, estados como Minas Gerais e Rio Grande do Norte obtiveram a conquista recentemente, em vista de outros estados como Acre, Amapá, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, Sergipe e Santa Catarina, que já tinham seus salários vinculados ao teto dos desembargadores do Tribunal de Justiça.

Em Minas Gerais, o governador do Estado, Aécio Neves, alterou a legislação através de PEC de sua autoria, (40/2007), igualando o salário dos agentes públicos, agentes políticos e servidores estaduais ao do Desembargador de Justiça Estadual. Na mensagem encaminhada à Assembléia Legislativa de Minas, disse: *“A proposta promove a atualização da Constituição mineira, com fundamento no § 12 do art. 37 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda à Constituição Federal nº 47, de 5 de julho de 2005, que facultou aos Estados membros e ao Distrito Federal fixarem mediante emenda à respectiva Constituição, como limite único, o subsídio mensal dos Desembargadores do Tribunal de Justiça.”*

Assim ficou o texto alterado da Constituição Mineira:

§ 1º - A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos das administrações direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes do Estado, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, as pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de outra qualquer natureza, não poderão exceder:

I – no âmbito do Poder Executivo, o subsídio mensal, em espécie do Governador do Estado, ressalvada a remuneração dos membros do Ministério Público Estadual, dos servidores pertencentes às carreiras do grupo de atividades de Defesa Social, da Polícia Civil, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar, de Procurador do Estado, de Defensor Público e do Grupo de Tributação, Fiscalização e Arrecadação de Tributos, que terá como limite o subsídio mensal, em espécie, do Desembargador do Tribunal de Justiça;

II - no âmbito do Poder Legislativo, o subsídio mensal, em espécie, do Deputado Estadual;

III – no âmbito do Poder Judiciário, o subsídio mensal, em espécie, do Desembargador do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, do Ministro do Supremo Tribunal Federal.

.....
.....”

Art. 2º - Esta emenda à Constituição do Estado entra em vigor na data de sua publicação, para produzir efeitos retroativos à data de 1º de janeiro de 2008.”

A alteração proposta pelo governador Aécio Neves somente trata de uma adequação à Constituição federal, já que o Fisco é uma carreira típica, essencial para o desenvolvimento do país, e merece ser valorizada como tal. Esperamos que esse exemplo seja seguido também pelo Espírito Santo, pois a categoria há muito tempo reivindica a desvinculação do subsídio do governador, que é um cargo político e com remuneração instável.

Reivindicação: Ofício Conjunto

O Sindifiscal, em conjunto com Clube dos Oficiais da Polícia Militar e Sindicato dos Delegados de Polícia (Sindelpo), protocolou ofício dirigido ao Governador do Estado Paulo César Hartung, em uma reivindicação conjunta de estabelecimento de limite único para servidores públicos do Espírito Santo. Tomaram por base a Emenda Constitucional 47/05, que trata:

“Art.37.....
.....”

§ 12. Para os fins do disposto no inciso XI do caput deste artigo, fica facultado aos Estados e ao Distrito Federal fixar, em seu âmbito, mediante emenda às respectivas Constituições e Lei Orgânica, como limite único, o subsídio mensal dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, não se aplicando o disposto neste parágrafo aos subsídios dos Deputados Estaduais e Distritais e dos Vereadores.” (NR)

A matéria conta com proteção constitucional, fundamentada no § 12 do art. 37 da Constituição Federal, com redação dada pela EC nº 47/05, adequando as disposições do inciso 12, art. 32 da Constituição Estadual ao texto Constitucional mencionado.

Acompanham o expediente, diversos anexos que demonstram que vários Estados da Federação já adotaram o subteto baseado no subsídio do Desembargador do Tribunal de Justiça (**vide tabela**), principalmente os estados da região Sul e Sudeste, exceto o Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. Sendo que nesse último, já tramita na Assembléia Legislativa, proposta de subteto do Desembargador do Tribunal de Justiça.

Of. Conjunto Sindifiscal/Clube dos Oficiais da Polícia Militar/Sindelpro

Excelentíssimo Senhor Governador,

Conforme informação divulgada na mídia nacional, o Excelentíssimo Governador do Estado de Minas Gerais, Sr. Aécio Neves, encaminhou à Assembléia Legislativa daquele Estado da Federação, a proposta de Emenda Constitucional nº. 40/2007, que objetiva, já a partir de 1º de janeiro do corrente exercício, submeter o limite remuneratório de seus servidores, ao subsídio mensal, em espécie, percebido pelos Desembargadores do Tribunal de Justiça, também conhecido como limite único, conforme demonstram os docs. 1 e 2 em anexo.

O Governador mineiro ressalta que a Constituição Estadual está sendo atualizada, com fundamento no § 12 do art. 37 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005, que facultou "...aos Estados e ao Distrito Federal fixar, em seu âmbito, mediante emenda às respectivas Constituições e Lei Orgânica, como limite único, o subsídio mensal dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça".

Isto posto, e considerando que também a Constituição de nosso Estado, em seu art. 32, inciso XII, requer adequação às disposições da Constituição Federal em matéria de limite remuneratório, propomos a V. Exa. à adequação do referido inciso, com fundamento no já mencionado § 12 do art. 37 da Constituição Federal,

com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 47/2005, fixando como limite único, o subsídio mensal dos Desembargadores do Tribunal de Justiça.

Esta nossa proposta, com amparo constitucional expreso, tem como paradigmas os Estados das Regiões Sul e Sudeste, que em sua maioria já adotaram a disposição contida no § 12 do artigo 37 da Constituição Federal, e assim estabeleceram o subsídio mensal dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, como limite único para remuneração de seus servidores públicos (vide anexo 3).

Outrossim, acrescentamos que a maioria absoluta dos servidores públicos aposentados de nosso Estado, que percebem proventos em patamar superior ao subsídio de V.Exª, estão ao abrigo de decisão judicial, que seguindo o entendimento do Supremo Tribunal Federal, vem impedindo o decesso remuneratório, sob o manto do direito adquirido e da irredutibilidade de proventos (vide anexo 4).

De mais a mais, a adoção da medida ora requerida ainda terá o condão de corrigir uma grave distorção que acabou sendo instaurada, haja vista que alguns servidores estaduais em atividade, em razão do cargo que ocupam e das vantagens pessoais já incorporadas ao longo do tempo de serviço, vêm percebendo remuneração próxima ao valor do subsídio de V.Exª, não tendo assim qualquer incentivo para que

venham a ocupar cargo de provimento em comissão ou função de direção, chefia e assessoramento, pois acabam não tendo qualquer vantagem remuneratória, pois são atingidos pelo teto remuneratório.

Em face do exposto, e na certeza de que nosso pleito merecerá de V.Exª a costumeira atenção, é que requerem e aguardam os servidores públicos estaduais representados pelas entidades que esta subscrevem, seja encaminhada à Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo, projeto de Emenda à Constituição Estadual que estabeleça, em âmbito local, como limite único, o valor do subsídio percebido pelos Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça, sendo tal medida de todo conveniente e oportuna, tanto é assim que vem sendo adotada por inúmeros outros Estados da Federação.

Atenciosamente.

Julio César Camilo Muniz
Presidente do SINDIFISCAL

Coronel Paulo José Soares Serpa
Presidente do Clube dos Oficiais da Polícia Militar

Dirceo Antonio Leme de Melo
Presidente do SINDELPRO

Tabela de Teto Remuneratório dos Estados Brasileiros

	ESTADO	VINCULAÇÃO
1	AC	salário do desembargador
2	AL	salário do governador
3	AM	salário do governador
4	AP	salário do desembargador
5	BA	salário do governador
6	CE	salário do governador
7	DF	salário do desembargador
8	ES	salário do governador
9	GO	salário do governador
10	MA	salário do governador
11	MG*	salário do governador
12	MS	salário do desembargador
13	MT	salário do governador
14	PA	salário do governador

	ESTADO	VINCULAÇÃO
15	PB	salário do governador
16	PE	salário do governador
17	PI	salário do governador
18	PR	salário do desembargador
19	RJ	salário do governador
20	RN	salário do desembargador
21	RO	salário do governador
22	RR	salário do governador
23	RS	salário do desembargador
24	SC	salário do desembargador
25	SE	salário do desembargador
26	SP*	salário do governador
27	TO	salário do governador

Atualização: Fev/2008

(*)Estados com proposta de vinculação ao salário de Desembargador tramitando na Assembléia Legislativa: Minas Gerais e São Paulo - proposta do Governador.

Capacitação Fazendária: Questão de Inteligência

A Secretária da Fazenda pretende retomar em 2008 os treinamentos para os servidores da área TAF. Segundo o Subsecretário da Receita Luiz Carlos Menegatti, a Gerência de Desenvolvimento Fazendário já está autorizada a viabilizar o projeto.

Tendo em vista o novo foco da Sefaz, o Sindifiscal está realizando uma pesquisa de cursos junto aos seus associados para identificar as necessidades para o bom desempenho da função. A pesquisa foi encaminhada por e-mail a todos os servidores do Grupo TAF. O resultado deste levantamento será encaminhado à Gerência de Desenvolvimento Fazendário para subsidiar a elaboração do programa de treinamento.

Em outubro e novembro de 2006, na pesquisa de condições de trabalho, realizada pelo sindicato com o grupo TAF, o treinamento foi a necessidade mais citada nos ambientes de trabalho visitados. Os cursos considerados imprescindíveis foram: SIT, Atualização Legislação Tributária, AUDIT, PROCAF, SINTEGRA,

Arquivo Magnético, ECF, SEP, DIEF, ITCD, Nota Fiscal Eletrônica, SPED, Processo Administrativo Fiscal Geral e um mais completo direcionado aos pareceristas, Direito Tributário, Processo Civil e Penal, Direito Administrativo, SAC, Cadastro, Auditoria Prática, Português Oficial, Access, Excel.

Pontos negativos revelados: cursos generalistas, não específicos para a função exercida, pouca prática, turmas heterogêneas, pouco aproveitamento com instrutores externos e etc...

No quesito qualidade de curso e instrutor, o nome do Auditor Fiscal João Antônio Nunes da Silva, atualmente Presidente do Conselho Estadual de Recursos Fiscais, foi muito lembrado.

Considerando esse resultado, o Sindifiscal convidou João Antônio para uma entrevista onde ele nos fala sobre treinamento fazendário e a importância de ter um setor responsável somente pela capacitação, com foco no treinamento. Para João Antônio, a Escola Fazendária é a solução mais correta, e com certeza, pode vir a se tornar uma realidade.

SINDIFISCAL – Qual o segredo para o sucesso de um curso?

JOÃO ANTÔNIO – O instrutor tem que ter um profundo conhecimento do assunto e domínio do objeto de sua exposição. Além do mais, ele tem que oferecer um excelente material didático. O segredo então é isso: muito trabalho; curso bem estruturado; um bom material didático; conhecimento profundo do tema; didática, entre outras coisas. Além disso, é fundamental o aporte de recursos instrucionais: espaço físico adequado, salas refrigeradas, cadeiras confortáveis, recursos de multimídia e de tecnologia da informação.

SINDIFISCAL – E a SEFAZ está preparada para oferecer tudo isso?

JOÃO ANTÔNIO – Tenho conversado muito com o Francisco (Gerente

da GEDEF) sobre isso. Acho que só chegaremos lá com a criação da Escola Fazendária. Sem a escola fica tudo muito burocrático. Só para se ter uma idéia, o último curso que eu ministrei pela Fazenda foi em 2005. A GEDEF envidou todos os esforços, mas a burocracia emperrou tudo. Sem se falar na preparação dos instrutores. Ora, não se prepara um instrutor da noite para o dia. O instrutor tem que estar preparado. E a preparação, como foi dito antes, não é só estrutura, não é só conhecimento, a preparação é um conjunto harmonioso.

SINDIFISCAL – E enquanto a Escola Fazendária não vira realidade, qual é a nossa saída?

JOÃO ANTÔNIO – Em 2008, segundo as informações de que disponho, serão realizados alguns cursos. Certamente haverá dificuldades,

principalmente com relação ao recrutamento de instrutores internos. Há necessidade de estabelecimento de uma grade de cursos, levando-se em consideração a opinião dos colegas. Essa pesquisa realizada pelo Sindifiscal poderia ajudar muito. Eu sempre defendi, junto à GEDEF, que nós deveríamos trabalhar com módulos, e dentro de cada módulo tratar as especificidades de acordo com as necessidades dos Auditores e das Gerências. Poderíamos ter um Conselho de Instrutores (docentes), à semelhança dos conselhos de classes nas escolas, que seria integrado também pelos Auditores (discentes) para a elaboração de um programa permanente, com calendário anual de realização dos cursos, factível, uma verdadeira política de capacitação do pessoal fazendário. Mas é preciso frisar que é fundamental o envolvimento de todos, diuturnamente, pois essa obra não acaba, deve ser construída e reconstruída todos os dias.

A reforma do ICMS no Congresso Nacional

O Governo Federal está propondo uma Reforma Tributária em grande parte focada na reformulação do ICMS, principal fonte de arrecadação dos Estados. No caso do Espírito Santo, o ICMS responde por 87 % da receita estadual, que em 2007 somou R\$ 5,8 bilhões.

O projeto encaminhado em 28 de fevereiro ao Congresso Nacional propõe a unificação da legislação, criando uma nova instância que congrega os executivos estaduais com o Senado Federal para legislar com exclusividade sobre o imposto

e muda a regra de cobrança no comércio interestadual, da origem para o destino.

Para o Estado do Espírito Santo, a passagem para o destino, considerando a redução da alíquota de 12% para 2%, segundo o Secretário da Fazenda José Teófilo, a arrecadação sofrerá uma perda de 25%, algo em torno de R\$ 1,45 bilhão por ano, e os municípios capixabas terão suas cotas reduzidas em R\$ 360,0 milhões por ano. Revela ainda, a perda nas operações interestaduais de gás natural, que implicará em um prejuízo da ordem de R\$ 600,0 milhões/ano.

Na reunião com os parlamentares capixabas, Teófilo foi enfático ao cobrar que a compensação das perdas seja colocada na Constituição, porque “a experiência da Lei Kandir mostra que é muito difícil aceitar pura e simplesmente declarações de boa vontade de que vão nos indenizar. Nós precisamos escrever isso na Constituição, esse é o trabalho que nossa bancada precisa fazer”.

Com a aprovação da reforma todos os incentivos fiscais criados por conta dessa alíquota interestadual acabam, o Fundap, o Invest e outros similares.

Justificativas do Governo Federal para implantação da Reforma Tributária:

Simplificação – ICMS

Unificação da legislação do ICMS e alíquotas uniformes

- Extinção do atual ICMS e criação de um “Novo ICMS”;
- Grande simplificação (de 27 legislações para 01);
- Senado define as alíquotas;
- Confaz propõe o enquadramento/Senado aprova ou rejeita
- Para evitar o aumento da carga tributária, Estados poderão fixar alíquotas diferenciadas para um número limitado de bens e serviços.
- Sistema de débito e crédito com legislação mais simples e neutra, compatível com o padrão de tributação do valor adicionado dos sistemas tributários mais desenvolvidos.

Fim da Guerra Fiscal

Projeto acaba com a guerra fiscal ao reduzir progressivamente a parcela do ICMS apropriado no estado de origem

- Processo é completado no oitavo ano subsequente à aprovação da PEC, com a criação do Novo ICMS
- Prazo de mudança permite que benefícios já concedidos sejam progressivamente reduzidos, sem criar turbulências
- Modelo prevê possibilidade de cobrança na origem com uma câmara de compensação entre os Estados
- Mantém-se uma alíquota residual de 2% na origem para estimular a fiscalização e ressarcir custos administrativos

Alíquota do ICMS no Estado de Origem

Alíquota atual	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
12%	11%	10%	8%	6%	4%	2%	2%
7%	6,5%	6%	5%	4%	3%	2%	2%

Correção de Distorções dos Tributos Indiretos

- Desoneração completa das exportações
- Tributação no destino permite aos Estados ressarcirem integralmente os exportadores.
 - Criação de sistema de compensação que impedirá o acúmulo de créditos tributários.
- Aperfeiçoamento da legislação
- Legislação do IVA-F e do Novo ICMS incorporará um modelo moderno de tributação do valor adicionado, eliminando distorções e simplificando o trabalho das empresas.

Fim da Guerra Fiscal – Garantia de Receita

Criação do Fundo de Equalização de Receitas (FER), para ressarcimento dos estados por eventuais perdas no processo de transição do ICMS.

Estados que concederem novos benefícios não terão acesso aos recursos do FPE, do FER, nem do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional.

Desoneração

- Ampliação da desoneração da cesta básica na criação do IVA-F e do novo ICMS, reduzindo o custo de produtos como óleo de soja, açúcar, pão, etc.
- Desoneração completa dos investimentos (redução do prazo para a apropriação do crédito na aquisição de bens de capital)

Se a proposta for aprovada, o Brasil ficará com três IVA's, o Federal (que substituiria o Cofins, o PIS, a CIDE e o Salário Educação); o Estadual (que seria o novo ICMS) e a manutenção do IPI, ou seja, três impostos cobrados no sistema de débito e crédito. O ISS também seria preservado.

Clubes do Sindifiscal: opção de lazer para Família Fisco

Que tal um bate-papo à beira da piscina, um churrasco com amigos, uma partida de futebol? É pensando em proporcionar momentos como estes que o Sindifiscal investe na qualidade e conforto das Sedes Sociais.

Recentemente o Clube de Vila Velha ganhou uma nova e ampla churrasqueira, mais comodidade com banheiros próximo à quadra de esportes e sala de jogos equipada.

O Clube de Cachoeiro além de toda estrutura oferece a beleza natural do Pico do Itabira. O Vice-Presidente do Sindifiscal e administrador da Sede de Cachoeiro, Sr. Délio Castello, conta com orgulho cada passo para realização deste sonho, desde a escolha do terreno até a inauguração.

Durante a construção, Sr. Délio lembra que praticamente morava no canteiro de obras, fez questão de acompanhar de perto cada detalhe. E toda esta dedicação rendeu-lhe muitas broncas da família que sentia muito sua ausência.

Para funcionar plenamente, o Clube de Cachoeiro depende apenas do asfaltamento das ruas de acesso, o que já está sendo providenciado por Sr. Délio junto à prefeitura.

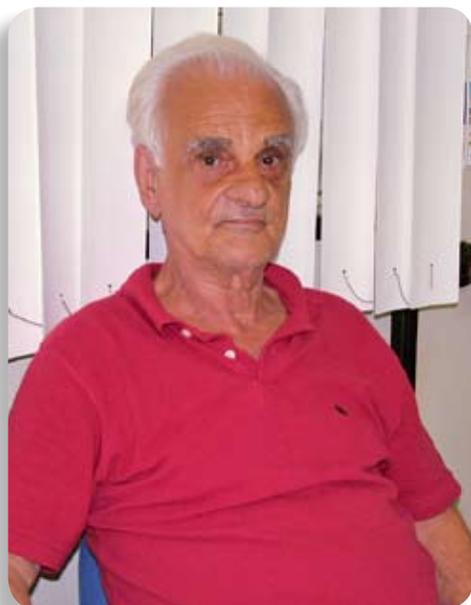
Quem ainda não conhece o local, pode conferir. O clube está aberto todos os finais de semana.



Nova churrasqueira no Clube de Vila Velha: mais espaço e conforto para o associado.



Clube de Cachoeiro na Reserva Ecológica do Itabira, diversão em contato com a natureza.



Délio Castello, um grande exemplo de dedicação à família Fisco.

Futura sede Administrativa do Sindifiscal

As salas adquiridas pelo Sindifiscal no edifício Global Tower estão em fase de ambientação. O projeto da decoradora Denise Freitas Spano foi aprovado pela diretoria e a entrega das salas está prevista para meados de 2009.

O Global Tower, da Galwan, que já havia recebido o Prêmio Ademi, foi homenageado com o Prêmio “Destaque ABECE”, da Associação Brasileira de Engenharia e Consultoria Estrutural, que tem como objetivo destacar o projeto estrutural de uma obra marcante.

Um excelente investimento do Sidifiscal, com grande valorização imobiliária, empreendimento que oferecerá conforto e qualidade no atendimento ao associado.

Maquiavelismo

De tão surpreendente, o projeto (comentado) para impor a escala fiscal de 24x72 horas só pode ser considerado como uma (cara) moeda de troca em prováveis negociações entre o sindicato e o governo ou com a própria administração. Dá a impressão de que é uma nova versão da “história do bode”.

O final dessa história todos nós já conhecemos. O bode seria retirado da sala após aceitação de açoitões eternos no couro da já sofrida classe de fiscais de divisa. A alteração do atual sistema de progressão ou a não reivindicação de reajuste de subsídio (já estamos com um dos cinco piores salários do país) poderiam ser algumas dessas “mercadorias”. O procedimento é antigo e quase sempre dá certo.

Mas, independentemente do aspecto comercial, o que nos deixa perplexos é saber que a iniciativa também tem raízes nas mesmas fontes que nos orientavam, durante o curso de formação dos recém nomeados fiscais (em 2005), para que não nos arriscássemos em conduções próprias nas perigosíssimas Br101/262. Esse conselho vinha recheado de assustadores exemplos de acidentes fatais sofridos por colegas que se arriscaram em carros próprios, logo após o plantão, nessas movimentadíssimas rodovias federais, atualmente muito mais movimentadas que há três anos.

E não bastam as 8 (oito) viagens mensais (ida e volta) que a maioria dos fiscais de divisa é obrigada a fazer percorrendo uma média superior a 400 km por plantão. A idéia é que façamos 16 (DEZESSEIS) viagens mensais nas mesmas rodovias. Já me aguça a curiosidade para saber o teor da motivação que deverá formalizar esse Ato Administrativo.

Parece que ainda não é suficiente sermos obrigados a trabalhar em finais de semana, em datas comemorativas, durante o carnaval, em feriados municipais, estaduais, em dias santos, incluindo Natal e passagem de ano sem um adicional sequer por mais essa perda de oportunidade de estarmos com nossas famílias.

Se alguém considera que o fiscal de divisa trabalha menos que aquele servidor de horário administrativo basta comparar o número de horas efetivamente trabalhadas por um e por outro no período de um ano considerando os feriados, finais de semana e “pontos facultativos”.

Outro fator que deve ser relevado são as horas “in itinere” que passamos levando sustos a cada curva durante as viagens. E esse período é, de forma absurda, considerado horas de folga. A média de tempo nas viagens supera o período de 6 (seis) horas por plantão. Provavelmente alguns consideram como diversão esse tempo de viagem dos plantonistas.

Enquanto que, no Mato Grosso do Sul, o Governo procura uma forma de conceder um adicional no salário dos fiscais dos postos de divisa (Minas Gerais já paga um plus a cada três meses), sem alteração no horário de trabalho, o inverso ocorre aqui. Não sendo possível a redução no subsídio, que seja aumentada a carga de sacrifício dos Auditores.

Antes que tal medida seja efetivada seria interessante que essa carga adicional de sacrifício fosse medida pelos próprios proponentes da mudança, em um período de trabalho não inferior a um ano, substituindo algum colega nos Postos Fiscais. Assim poderia ser mais bem avaliada essa ignominiosa decisão.

Importa salientar que essa decisão, independentemente do seu qualificativo, está sendo tomada de forma consciente, premeditada e com claríssima intenção de duplicar o risco de morte dos subordinados por acidentes no percurso.

Felizmente a nossa legislação não deixa a descoberto as famílias dos possíveis acidentados num processo de responsabilidade civil contra aqueles que desejam executar esse plano com plena consciência do que pode causar. Daí a importância de deixar com nossos familiares uma cópia deste Ato Administrativo de sanidade questionável. Poderá ser de bom uso futuro.

O que impressiona, sobremaneira, é como podem sair das mentes de tais planejadores tanto idéias geniais para desenvolvimento e aprimoramento do nosso sistema tributário como maldades desse quilate. As idéias geniais são reservadas para aprimoramento do fisco. As maldades para os colegas fiscais.

Entre 1469 e 1527 viveu na Itália um pensador que, em passagem pelo poder, mesmo num simples cargo de Secretário de Segunda Chancelaria, reuniu postulados para uma obra sua que é famosa e lida até nos tempos atuais.

Dizem que é dele a máxima “Os fins justificam os meios quaisquer sejam estes”, não porque a extraiu de estudos e pensamentos filosóficos, mas do que presenciava e tomava conhecimento do que realmente ocorria nos bastidores do poder.

Segundo seus biógrafos, para esse pensador político os meios poderiam ser atitudes benéficas, nefandas, duras e até imorais, desde que o objetivo pudesse ser alcançado. O importante eram as oportunidades (fortuna) e a audácia (virtu) daqueles que detinham o poder na época. Com essa filosofia ele influenciou muitos monarcas e pessoas detentoras de poder dos séculos XV e XVI.

Até hoje muitas pessoas que têm certo poder e um determinado objetivo se baseiam em suas idéias e as colocam em prática, independentemente das conseqüências para terceiros ou subordinados. Essas pessoas querem atingir um objetivo ou dar uma exibição de poder a qualquer custo dos outros. Fernando H. Cardoso, por exemplo, o seguiu fielmente durante seus mandatos, inclusive para possibilitar sua reeleição.

E é quase inacreditável que os pensamentos desse filósofo estejam disseminados, também, na SEFAZ-ES.

A principal obra, “O Príncipe”, tem sido livro de cabeceira para muitos seguidores desse famoso escritor. Seu nome de registro era Niccolò di Bernardo dei Machiavelli.

Wilson de Souza Coelho Júnior
AFRE I

Memórias de Braz Vita Bicalho

Nascido no dia 2 de fevereiro de 1918 em Cruz Coberta, distrito de Ibicaba, divisa do Espírito Santo com Minas Gerais, Sr. Braz Vita Bicalho, hoje com 90 anos, lembra com muitas saudades de sua infância, juventude e do tempo em que trabalhava na fiscalização.

Para início de conversa Sr. Braz faz questão de contar como encontrou o grande amor de sua vida. Em 1952, através de seu amigo Geraldo – que acabou tornando-se seu cunhado – conheceu Florides Soares da Silva. Os 18 anos de diferença não impediram o início deste grande amor, duradouro e exemplar. Casaram-se em 1955 em Ibicaba.

A partir daí, Sr. Braz e sua esposa colocaram o pé na estrada. Primeiro foram morar em Laranja da Terra, depois mudaram para São Gabriel da Palha, onde Sr. Braz exerceu a profissão de veterinário. A vida na fiscalização começou em Ecoporanga, quando ele passou a trabalhar como fiscal da prefeitura.

Não satisfeito, Sr. Braz foi para São Domingos do Norte e entrou para fiscalização estadual. A família já acostumada com mudanças, não estranhou a vida itinerante de um fiscal de rendas. Sr. Braz trabalhou em Barra de São Francisco, Itarana, Ibicaba e Itaguaçu.

Sr. Braz conta que apesar das dificuldades da época em que trabalhava,

o trabalho na fiscalização trouxe muitas alegrias e realizações.

Em 1971, Sr. Braz trouxe sua família e se instalou definitivamente em Itaguaçu, onde se aposentou. Nesta cidade, fez grandes amizades que faz questão de citar, Sr Antônio Brasales o doutor Antônio (in memoria), Rodolfo Klug (in memoria) grande companheiro – principalmente de viagens, Darci Barbosa, Amarilda Binda, Orlando Fernandes, entre tantos outros.

Aposentado, Sr. Braz aproveita para curtir a família. Os filhos Ângela, Sebastião, Maria Célia, Lucilene (Lucinha), Maria José (in memorian), Ozana e João Luis são o orgulho de Sr. Braz e Dona Florides. Alegria maior, veio em 2000, quando tornaram-se bisavós com o nascimento de Lívia, filha da neta Luciana (filha da Lucinha).

Aos 84 anos Sr. Braz enfrentou um grande desafio em sua vida. Realizou uma cirurgia que lhe rendeu quatro pontes, três safenas e uma mamária. Muitas complicações ocorreram. Porém os infinitos 45 dias vividos no hospital não abalaram a força e a vontade de viver deste homem. Com a graça de Deus e a fé da família sempre unida e o apoio dos amigos todas as barreiras foram vencidas.

E hoje aos 90 anos Sr. Braz curte a vida com a garra de um jovem, se diverte como uma criança, e desfruta a dádiva de viver junto à sua família.

Em fevereiro deste ano Sr. Braz reuniu familiares e amigos para comemorar seu 90º aniversário. O Sindifiscal e toda Família Fisco parabensam Sr. Braz, pela força e exemplo de Vida! Felicidades!!!

Homenagem Anacleto e Zilma

Nossa homenagem ao colega aposentado Anacleto Freire Gonçalves e sua esposa Zilma pelas Bodas de Ouro.

No dia 23/12/2007 o casal recebeu familiares e amigos em uma missa de Ação de

Graças e renovaram o compromisso assumido há 50 anos.

O Sindifiscal parabensam Anacleto e Zilma pelo exemplo de união, amor e fidelidade e deseja muitas felicidades a toda família.



Balancete - Janeiro 2008

Saldo anterior



Caixa	60,76
Banestes Cta 1.702.554	44.376,56
Banestes Cta 6.193.023	85.910,89
Banestes Aplicação	40.196,42
Aplicação Coopfisco	108.371,68
TOTAL	278.916,31

RECEITA OPERACIONAL

RECEITA EFETIVA

Mensalidade Associados	2.750,35
Outras Receitas	4.427,84
Rendimentos de Aplicações Financeiras	1.241,66
TOTAL	8.419,85

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Imóveis	13.219,51
Empréstimo Coopfisco	5.265,03
TOTAL	18.484,54

OBRIGAÇÕES SOCIAIS

I.N.S.S.	6.238,24
F.G.T.S.	2.119,53
F.G.T.S. Parcelamento	665,95
TOTAL	9.023,72

OBRIGAÇÕES FISCAIS

PIS S/Salários	174,15
IRRF S/Salários	6.262,35
TOTAL	6.436,50

DESPESAS C/PESSOAL

Assistência Médica	1.268,86
Atestado Médico	35,00
Contribuição Sindical	27,00
Férias e Rescisões	953,87
Salários	12.030,23

Vale Transporte	421,35
Vale Refeição	3.332,50
TOTAL	18.068,81

SERVIÇOS PRESTADOS TERCEIROS

Serviços Prestados Assist. Contábil	2.886,00
Serviços Prestados Departamento Jurídico	1.120,00
Serviços Manutenção Sede Social	15.407,56
TOTAL	19.413,56

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Acesso a Internet	105,90
Água e Saneamento	788,69
Assinatura SKY	172,23
Aluguel de Imóveis	345,00
Combustível	1.390,48
Condomínio	625,00
Condução	136,00
Correios	2.062,75
Contribuição Fenafisco	2.204,00
Cursos e Instruções	644,00
Despesas Diversas	582,29
Despesas C/Estacionamento	660,00
Despesa C/Editoração e Gráfica	100,00
Energia	4.381,30
Instalações	10.920,88
Impostos e Taxas - Vitória	113,48
Jornais e Revistas	245,00
Máquinas e Equipamentos	140,00
Material de Uso e Consumo	347,80
Material de Escritório	390,67
Material de Higiene/Limpeza	893,84
Manutenção de Máquinas e Equipamentos	549,08
Propaganda e Publicidade	27.331,00
Repasso COOPFISCO	1.097,47
Refeições/Lanches	61,92
Reembolso de Despesas / Viagens	1.019,93

Seguros	93,46
Telefone	2.798,89
TOTAL	60.201,06

DESPESAS MOBILIZAÇÃO SINDICAL

Aluguel de Cadeiras/Mesas	0,00
Aluguel de Veículos	0,00
Despesas C/Pedágios	0,00
Despesas C/Propaganda/Publicações	0,00
Despesa C/Sonorização de Eventos	0,00
Material de Escritório	0,00
Refeições/Lanches	0,00
TOTAL	0,00

DESPESAS FINANCEIRAS

Despesas Bancárias	365,60
TOTAL	365,60

Saldo Banco/Caixa



Caixa	68,11
Banestes Cta 1.702.554	2.853,45
Banestes Cta 6.193.023	2.611,05
Banestes Aplicação	40.212,40
Aplicação Coopfisco	109.597,36
TOTAL	155.342,37

TOTAL	287.336,16
--------------	-------------------

Vitória-ES, 31 de Janeiro de 2008

Moacyr Edson de Angelo

Av. Adolpho Cassoli, 376 - Maruípe - Vitória-ES - CEP 29040-040
Contador CRC-ES 2832 - CPF 282.309.307-91

Balancete - Fevereiro 2008

Saldo anterior



Caixa	68,11
Banestes Cta 1.702.554	2.853,45
Banestes Cta 6.193.023	2.611,05
Banestes Aplicação	40.212,40
Aplicação Coopfisco	109.597,36
TOTAL	155.342,37

RECEITA OPERACIONAL

RECEITA EFETIVA

Empréstimo Coopfisco	15.032,37
Mensalidade Associados	3.008,30
Outras Receitas	1.200,34
Rendimentos de Aplicações Financeiras	1.317,78
Receita Efetiva	115.120,00
TOTAL	135.678,79

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Imóveis	13.376,07
Empréstimo Coopfisco	13.138,25
TOTAL	26.514,32

OBRIGAÇÕES SOCIAIS

I.N.S.S.	7.027,08
F.G.T.S.	1.806,62
F.G.T.S. Parcelamento	219,46
TOTAL	9.053,16

OBRIGAÇÕES FISCAIS

PIS S/Salários	189,73
TOTAL	189,73

DESPESAS C/PESSOAL

Assistência Médica	1.268,86
Férias e Rescisões	3.232,27
Salários	6.070,02

Vale Transporte	336,00
Vale Refeição	3.332,25
TOTAL	14.239,40

SERVIÇOS PRESTADOS TERCEIROS

Serviços Prestados Assist. Contábil	856,00
Serviços Prestados Departamento Jurídico	1.120,00
Serviços Manutenção Sede Social	12.040,72
TOTAL	14.016,72

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Acesso a Internet	263,90
Água e Saneamento	845,31
Assinatura SKY	171,80
Aluguel de Imóveis	345,00
Combustível	1.091,08
Condomínio	625,00
Correios	249,80
Contribuição Fenafisco	2.232,05
Cursos e Instruções	644,00
Despesas Diversas	350,00
Despesas C/Estacionamento	330,00
Despesas C/Floricultura	380,00
Despesas C/Editoração e Gráfica	126,00
Despesas C/Veículos	453,00
Energia	3.548,50
Instalações	6.802,03
Impostos e Taxas - Vitória	221,48
Limpeza / Conservação	420,00
Máquinas e Equipamentos	3.157,80
Material de Consumo	330,00
Material de Escritório	1.024,98
Material de Higiene/Limpeza	1.419,16
Manutenção de Máquinas e Equipamentos	1.560,08
Parcelamento Dívida Ativa	1.665,27
Repasso COOPFISCO	1.093,30

Reembolso de Despesas / Viagens	881,74
Telefone	2.824,18
Viagem e Estadas - Brasília	600,00
TOTAL	33.655,46

DESPESAS MOBILIZAÇÃO SINDICAL

Aluguel de Cadeiras/Mesas	0,00
Aluguel de Veículos	0,00
Despesas C/Pedágios	0,00
Despesas C/Propaganda/Publicações	0,00
Despesa C/Sonorização de Eventos	0,00
Material de Escritório	0,00
Refeições/Lanches	0,00
TOTAL	0,00

DESPESAS FINANCEIRAS

Despesas Bancárias	255,89
TOTAL	255,89

Saldo Banco/Caixa



Caixa	88,86
Banestes Cta 1.702.554	8.854,47
Banestes Cta 6.193.023	3.025,61
Banestes Aplicação	55.228,49
Aplicação Coopfisco	125.899,05
TOTAL	193.096,48

TOTAL	291.021,16
--------------	-------------------

Vitória-ES, 29 de Fevereiro de 2008

Moacyr Edson de Angelo

Av. Adolpho Cassoli, 376 - Maruípe - Vitória-ES - CEP 29040-040
Contador CRC-ES 2832 - CPF 282.309.307-91

Condições de trabalho

Escala nos Postos Fiscais

A atual escala de 48x144, adotada e praticada há mais de 20 anos não precisa e não deve ser modificada. Seria um grande retrocesso, sob qualquer alegação. Os fundamentos para a nossa posição de defesa são irrefutáveis e estão ancorados na produtividade do trabalho executado com satisfação, na eficiência do rodízio inteligente, na economia dos deslocamentos e acima de tudo, na integridade da vida humana.

Afirmar como justificativa que na escala 24x72 há mais compromisso com a Fazenda ou com o Estado, que ninguém trabalha 48 horas, entre outros, são argumentos a serem discutidos, mas desde já, **expressamos a posição da entidade SINDIFISCAL, absolutamente contrária**, dizendo que o compromisso do servidor para com seu empregador está no cumprimento

correto e participativo em sua escala, e no descanso a sua liberdade. Quanto a trabalhar 48 horas, é claro que ninguém trabalha, porque ninguém pode trabalhar mais de quatro horas consecutivas sem descanso. É lei.

Alguns estados como Goiás, inclusive, já estão na escala 3x9 (72x216). É bom senso. Esperamos que antes de qualquer ajuste administrativo nas escalas, ocorra um amplo debate com a entidade de classe e os principais interessados, que são os Auditores do Nível I. Aliás, as decisões dialogadas têm sido a marca da gestão fazendária.

Vamos então em busca de uma solução negociada que garanta a eficiência do trabalho, com economia, boa vontade e segurança. Aí sim poderão ocorrer as cobranças.

Concurso Público

Previsto para o primeiro semestre deste ano, é uma necessidade premente por várias questões claras: complementação do quadro, viabilização da urgente ascensão funcional e solução inteligente para os postos fiscais de fronteira e a fiscalização volante. No exato momento que se fala, de forma equivocada, em mudança de escala (24x72), há que se analisar bem antes as causas da pouca eficiência, se existente nestes locais (Postos Fiscais).

Dois fatores são unânimes e convergentes: o cansaço pelo trabalho repetitivo dos muitos auditores de 1984 e 1988, que por opção já deviam estar legalmente nos níveis II e III, e a quantidade irrisória de componentes em cada escala. Este sim é o grande problema.

Exemplificando pelo PF José do Carmo, na divisa com o Rio de Janeiro, há mais de 10 anos funcionando com seis auditores. Vamos pensar em colocar 10, com cinco sempre trabalhando, em rodízio. A solução passa por aí e nunca em mudar horário de escalas, afinal, o fluxo de cargas cresceu em PG, e o quantitativo de servidores reduziu em PA. É contraditório.

Vamos então aguardar os novos colegas para muito breve.

Falecimentos

É com grande pesar que informamos o falecimento de:

MARIA AZUIL DOS SANTOS BEIRIZ, pensionista, ocorrido em 02/12/2007;
MESSIAS PROESCHOLDT, aposentado, ocorrido em 24/01/2008;
DERLY BAPTISTA GOMES, pensionista, ocorrido em 02/02/2008;
IZABEL SOARES MARTINS, pensionista, ocorrido em 04/02/2008;
IZAIAS DIAS DE AZEVEDO, aposentado, ocorrido em 07/02/2008;
WOLMAR FAUSTINI DOS SANTOS, aposentado, ocorrido dia 21/02/2008;
CLAUDEMIRA SCARDUA FRIZZERA, pensionista, ocorrido em 26/02/2008;
ZENITH AMORIM DE OLIVEIRA, pensionista, ocorrido dia 12/03/2008.

Classificados

Você gosta de excursão? Então aproveite esta dica: viaje com Sandra Maria Pestana, esposa do colega Renato Porto Pestana. São várias opções de destinos com preços acessíveis. Confira os roteiros:

30/04 a 01/05/2008 – Porto Seguro

25/06 a 01/07/2008 – Caldas Novas

04 a 09/09/2008 – Holambra

Outubro – Festa da Polenta (Venda Nova do Imigrante)

16 a 22/12/2008 – Beto Carrero/Hopi Hare

Entre em contato pelo telefone 3349-3399 e boa viagem!

IN

- ☺ A promessa possível realização do Concurso Público em 2008;
- ☺ A mobilização do Fisco Estadual de todo o Brasil no Conafisco de Sergipe.
- ☺ A inclusão de um diretor do Sindifiscal na diretoria da Federação Nacional do Fisco.
- ☺ A previsão de cursos para os servidores da Sefaz em 2008;
- ☺ A não prorrogação do contrato com o Instituto Pensamento;
- ☺ A suspensão do Projeto FIA;
- ☺ A reação dos brasileiros no pleno cumprimento das normas de controle da entrada de estrangeiros no país, após denúncias de maus tratos na Espanha;

OUT

- ☹ A troca de escala para 24/72 é retrocesso.
- ☹ Alagamento dos Postos Fiscais José do Carmo (fronteira RJ) e Amarílio Lunz (fronteira BA);
- ☹ A Fala do Ministro Guido Mantega quando Paulo Hartung alegou ser a primeira vez que ouvia sobre a Reforma Tributária, duas semanas após ser encaminhada ao Congresso, apesar de ter sido apresentada e discutida mais de 10 vezes no Confaz. **“Acredito que o Secretário da Fazenda do Espírito Santo tenha discutido a proposta no Confaz”**, segundo o Ministro. (Jornal A Gazeta do dia 12/03/08). **Surpresa para nós, porque o Espírito Santo sempre esteve presente no Confaz!**
- ☹ A “Reforma Tributária” proposta pelo companheiro: definitivamente é política do “Eu tudo posso” e venham com o pires.
- ☹ A criação do suposto Fundo de Compensação para o “me engana que eu gosto”. Começo a sentir falta de FHC.
- ☹ Os cartões corporativos mal utilizados – “Mais um viva aos brasileiros”;
- ☹ O alinhamento do companheiro com bandidos colombianos das FARC.
- ☹ A deportação de brasileiros pela Europa, principalmente pela Espanha – “Viva o povo brasileiro”.